

Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento.

Taisa Soares de CARVALHO*, Luís Cesar Peruci do AMARAL^a

*Mestre em Ciências da Arquitetura em Restauração e Gestão do Patrimônio (PROARQ/ FAU/ UFRJ, 2007). Professora da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário Augusto Motta – Arquitetura e Urbanismo

Rua Manuel Vitorino nº 369, Edifício AR, Coordenação de Arquitetura - Térreo. Cep: 20740-970
taisadecarvalho@yahoo.com.br

^a Doutorando em Planejamento Urbano Regional (IPPUR/UFRJ, 2011), Mestre em Saúde Pública – Saneamento em Saúde Ambiental (ENSP/FIOCRUZ, 2006). Professor da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário Augusto Motta – Arquitetura e Urbanismo

Resumo

Os inventários sempre foram instrumentos para a preservação dos bens culturais, o que se verifica é que o processo metodológico dos inventários foi sofrendo alterações juntamente com as alterações de reconhecimento do patrimônio. A necessidade cada vez mais ampliada de conhecer e reconhecer os bens culturais e a ampliação sobre as questões simbólicas que exercem sobre eles fizeram com que os inventários tomassem as proporções necessárias para a salvaguarda do patrimônio, ou seja, a medida em que se amplia a percepção sobre o patrimônio se amplia também importância dos inventários.

Essa ferramenta para a preservação se torna mais elaborada, técnica, porém considerando os signos incluídos neles pela sociedade, pela economia, pela história, dentre outros. O inventário não passa a integrar mais apenas a leitura arquitetônica do bem cultural mas precisa levar em considerações outras disciplinas que o integra para seu completo entendimento e para que as ações de preservação possam ser realizadas de maneira mais eficaz.

A complexidade dos inventários devem acompanhar a complexidade da evolução do contexto urbano em que se inserem e de toda a evolução social, econômica e cultural, entendendo esse processo de evolução mutável e integrado. Sendo assim é fundamental a ação conjunta dessas disciplinas para uma leitura e um entendimento mais preciso sobre eles, constituindo assim numa documentação que auxilia as propostas de preservação e valorização do patrimônio em sua relação urbana, servindo como base para o planejamento da cidade, educando e sensibilizando a sociedade, criando uma consciência de preservação do patrimônio.

Palavras-Chave: inventário, metodologia, preservação, patrimônio

Abstract

The inventories had always been instruments to preservation of cultural buildings, what if it verifies is that methodology process on them was suffering modifies together with the alterations from recognition of the patrimony.

The necessity each time more extended to know and to recognize about the cultural buildings and magnifying of the symbology questions that exert on them had made with the inventories took the ratios as necessary as for the safeguard of the patrimony, so, as the measure where if it extends this perception of the patrimony it also extends about the importance of this inventories.

This tool for the preservation if becomes more elaborated, technique, however considering the enclosed signs in them for the society, the economy, for history, amongst others. The inventories start to come integrate more than the reading architectural of the culture buildings but it needs to take the considerations about other disciplines and come together for the complete agreement and for preservation actions can be carried through in more efficient way.

The complexity of the inventories must follow the complexity of the urban evolution context where if they're insert and of all the social, economic and cultural evolution, understanding this way changeable and integrated process. Being thus the join action of these disciplines is necessary for the reading and for the understanding even more agreement on them, constituting so in a documentation that assists the proposes of preservations an valuations by this patrimony in this urban relations, serving as the base for the planning of the city, teaching and sensitizing the society, creating a conscience about the preservation of the patrimony.

Keywords: inventories, methodology, preservation, patrimony buildings.

1. Introdução: o conceito e evolução dos inventários

Os conceitos e teorias sobre a preservação dos bens culturais e a busca por metodologias e técnicas que garantam a salvaguarda do patrimônio há muito é alvo de estudos e sua importância se torna cada vez mais ampliada. Os inventários surgem neste entremeio como um instrumento da preservação, uma documentação sobre o bem cultural para seu conhecimento e entendimento para desenvolver as ações de preservação.

A Carta de Atenas (1930) já citava sobre a necessidade de execução de inventários dos monumentos, munido de informações gerais sobre eles e levantamentos fotográficos para a formação de uma documentação de caráter internacional a ser depositado, disponibilizado e publicado no Escritório Nacional dos Museus.

O Conselho de Cooperação Europeu, em 1962, uniformizou internacionalmente o método de inventários criando o Inventário do Patrimônio Cultural Europeu, que desenvolveu uma ficha para o registro dos monumentos e a identificação dos sítios.

Não se apropriando do termo inventário, a Carta de Veneza (1964), todavia, demonstra a importância da formação de uma documentação e na publicação dos trabalhos de restauração, conservação e arqueologia, com relatórios analíticos e críticos de todas as etapas dos trabalhos realizados sobre os monumentos para serem disponibilizados aos pesquisadores.

É possível também, na Norma de Quito (1967), quando é mencionado sobre um instrumento de valorização como “*requisito prévio a qualquer propósito oficial dirigido para revalorizar seu patrimônio monumental*” (CURY, 2000, p. 116) a execução de uma organização técnica. Pode-se interpretar, neste caso, esta organização técnica como a elaboração de um inventário.

Até este momento, os inventários são tratados de maneira complementar ao processo metodológico das ações de preservação, porém entendida a sua importância para a criação de uma documentação, principalmente analítica do monumento isolado.

Os inventários passam a ser tratados de maneira, não apenas, mais explícita mas também dada a sua devida importância e complexidade na Recomendação de Nairóbi (1976), quando então é tomado como uma medida técnica que leva em consideração não obstante o bem cultural isoladamente mas todo um conjunto, uma área espacial urbana. A Recomendação vai para além de um levantamento analítico ou quantitativo do patrimônio, como sugere que se faz necessário entender a evolução urbana através de “*dados arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos e econômicos*” (CURY, 2000, p. 225) para sua proteção, incluindo os espaços públicos, privados e os espaços livres e sua vegetação.

Ressalta que devem ser considerados não somente o levantamento das características arquitetônicas mas um estudo das estruturas sociais, econômicas, culturais e técnicas, integrando o contexto urbano, a animação urbana, o cotidiano, as atividades econômicas

e culturais, as relações sociais, problemas urbanos e de infra-estrutura para a elaboração de planos de ação de preservação trazendo o entendimento do sítio urbano.

Fortalecendo a importância de inventários para sítios urbanos, a Carta de Petrópolis (1987), cita que devem ser estes considerados como parte dos procedimentos de sua preservação com a mesma importância do seu registro de tombamento e das normas urbanísticas.

Entender os inventários como uma fonte de conhecimento cultural unindo dentro dessa leitura toda a complexidade de outras cadeiras que não apenas a arquitetura e o urbanismo, permite conhecer o sítio e a realidade na qual se insere um ou mais bens culturais. E que, ao incluir a participação da sociedade passa a considerar não somente o valor que lhe é atribuído, como contribui no fortalecimento do pertencimento do patrimônio à sociedade e estimula os vínculos necessários para o respeito aos monumentos, a educação patrimonial e conseqüentemente sua preservação.

2. O processo metodológico dos inventários no Brasil

No Brasil, ainda no período colonial, utilizavam-se os inventários para se registrar os bens e os acervos no território brasileiro apenas na necessidade de conhecimento e controle desses bens por Portugal.

A mesma metodologia de inventário apenas utilizado como catalogação e quantificação dos bens foi realizado novamente no Brasil durante o Movimento Moderno em 1922. Embora a preocupação por parte dos intelectuais deste movimento seja a salvaguarda dos bens culturais estes a princípio foram apenas catalogados para conhecimento do patrimônio.

Mesmo com a criação de um órgão federal com competência para tratar sobre as questões de preservação, o então criado SPHAN (1936), se apropriava dos inventários apenas como um instrumento dos tombamentos, restrito aos imóveis de caráter excepcional, como um meio de identificação e catalogação. Os inventários adquiriram em um primeiro momento da nossa história um papel secundário, a preservação dos bens culturais focava-se na ação do tombamento, do registro em si.

Em 1938, com a ausência de registros sobre a nossa arquitetura, é sugerido um inventário minucioso da arquitetura civil rural e urbana, incluindo um estudo das técnicas construtivas utilizadas e do mobiliário. Ainda assim, os bens culturais, isolados ou em conjunto, eram inventariados e conservados pelas suas características estéticas, havendo um distanciamento das relações espaciais urbanas, sociais, culturais e econômicas.

Esse foco somente se altera nos anos 70 com a descentralização das políticas de patrimônio e a criação de órgãos de preservação nos Estados e Municípios com autonomia para as ações de preservação, incluindo a responsabilidade a estes da produção desta documentação e também no caráter de cooperação entre eles.

Com o favorecimento das ações de preservação os inventários passam a adquirir um caráter mais significativo. O entendimento dos inventários começa a compreender a catalogação, o levantamento de fontes de informação e a produção de estudos e pesquisas, para garantir não apenas a proteção da integridade material do bem imóvel mas o conhecimento sobre ele como um todo, em toda sua complexidade, visando a sua perpetuação através dos tempos dentro das alterações urbanas, sociais, culturais e econômicas desse processo evolutivo.

3. Da identificação ao reconhecimento através dos inventários

Os inventários são necessários e fundamentais para revelar não obstante a edificação construída mas todas as relações que participam dela. Revelar a imagem da cidade, seus significados perante a sua sociedade integrando a produção arquitetônica com a paisagem e o contexto social, cultural e econômico deste ambiente.

Segundo Leonardo Barci o inventário tem sua função original de produzir um registro, porém, se bem explorado, pode vir a “*constituir um tipo de diagnóstico interdisciplinar*” (LIMA, 2004, p. 69) fornecendo dados melhores para a execução das ações dos órgãos de gestão governamental, considerando, evidente, as particularidades que cada cidade apresenta, procurando a integração das políticas urbanas em geral com as políticas de preservação dos bens culturais.

Neste entendimento metodológico interdisciplinar o mapeamento permite analisar o processo de adaptação do ambiente construído e paisagem à essas transformações e adequações arquitetônicas que seguem as novas necessidades e atividades desenvolvidas, identificando o potencial simbólico, que não apenas o bem cultural isolado apresenta, mas todo o seu contexto urbano, mesmo não se tratando de um sítio urbano histórico. Podendo ser ampliado na sua relação as demais regiões que o circunda ou que com ela se relaciona de alguma maneira.

Um dos trabalhos pioneiros neste entendimento foi o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA), publicado em 1985, que se constituiu em um levantamento do acervo cultural do estado da Bahia adotando um estudo detalhado de todos os monumentos e sítios urbanos, integrados ao contexto socio-cultural com o objetivo principal de revelar o significado do patrimônio. Essa nova metodologia para os inventários leva em consideração tanto os bens culturais tombados quanto os que não recebem este registro mas que de certa forma adquiriram uma identificação social local.

Este trabalho também foi inovador no sentido que não apenas documenta a edificação, tombada, mas leva em consideração todo o contexto no qual se insere, inclusive mapeando edificações não preservadas. A finalidade deste método de inventário permite, segundo Paulo Ormino, que “*a simples divulgação de valores culturais é, em si mesma, uma das mais eficientes formas de proteção dos bens culturais*”. (COELHO,2001, p. 36).

O contexto no qual um bem cultural se insere deve ser entendida como um organismo vivo, dinâmico, acumulador de culturas que se apropriam de seu passado e que vão se sucedendo traçando a história da sociedade, construidor da identidade nacional, que é contínuo.

Nessa perspectiva, a complexidade de um inventário completo para se fazer das ações de preservação mais eficazes necessitam englobar uma quantidade de profissionais aprofundados nas suas especificidades para a identificação desses valores de maneira mais precisa.

Os levantamentos físicos, as considerações geográficas, climáticas, históricas, sócio-culturais, econômicas, políticas e urbanísticas, o levantamento do quantitativo de edificações tombadas, conjuntos preservados, edifícios relevantes, espaços livres, a infra-estrutura e equipamentos, arquiteturas pitorescas, as formas de preservação, o estado de conservação, as políticas de uso e ocupação do solo, a evolução demográfica e territorial, dentre outros tantos pontos necessários, podem se tornar apenas gráficos, mapas temáticos ou dados infinitos se não apresentarem uma leitura crítica por profissionais habilitados em sua categorias direcionados no entendimento da preservação dos bens culturais.

Porém, entendido a sua relevância, são capazes de direcionar as ações de preservação com respeito mútuo não apenas aos monumentos mas a toda essa malha que se relaciona e não são independentes.

Essa nova abordagem para os inventários se torna cada vez mais necessária com o agravante da velocidade que as cidades evoluem constantemente, sobrepondo arquiteturas e paisagem urbana, a leitura do espaço urbano se altera mesclando diferentes momentos, diversos estilos arquitetônicos, provocando a perda de suas características mais singulares.

Pode-se exemplificar também esta nova leitura através dos inventários com o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano, realizado em São Paulo, que esclarece que “*são objetos de inventariação não apenas os bens ambientais e culturais urbanos considerados monumentais, mas também modos de organização do espaço urbano e suas várias etapas e formas de evolução*”. (LIMA, 2004, p.74)

Ressalta-se assim que esta nova abordagem se torna necessária visto que o patrimônio pode não estar apenas explícito ou representado em uma ou duas épocas marcantes, como o caso de cidades como Ouro Preto e Olinda, mas na sobreposição de diferentes momentos da história da arquitetura, do urbanismo, da cultural, da sociedade e da economia.

No caso de algumas cidades ou regiões é preciso levar em consideração o agravante da velocidade com que ela evolui, sobrepondo arquiteturas e paisagem urbana, que provoca a perda de suas características singulares porém não perde seu valor simbólico. A nova metodologia dos inventários precisa levantar questões de identidade, memória urbana,

meios e modos expressivos de organização do espaço para salvaguarda do patrimônio integrado ao contexto.

A complexidade dos inventários para a preservação deve acompanhar a complexidade da evolução e das alterações que se dão em todos os âmbitos. Pois o entendimento da conceituação do que é patrimônio também se amplia, não mais fadada apenas aos bens materiais e, mesmo já atualmente no entendimento do patrimônio imaterial, intangível, quando tratamos das simbologias que elas representam e levantando as questões de identidade social e memória urbana não são o bastante quando não se relacionam com as questões dos valores sociais e não entendem o processo evolutivo e mutável desse contexto.

O Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano (IPHAN, 2001), inclui em seus aspectos operacionais, o levantamento de informações como instrumento de conhecimento e pesquisa e, embora sugira quatro instrumentos a serem utilizados e adaptados a cada situação, segue uma metodologia que se entendida como um grupo de informações utilizadas em conjunto, trabalham de forma mais completa, pois permite integrar a leitura do bem cultural edificado e seu levantamento físico, tipológico, estado de conservação com a leitura da organização do conjunto arquitetônico, urbano e paisagístico interpretando suas características morfológicas e considera também o levantamento e organização de informações que caracterizam os sítios através de pesquisa histórica, destes levantamentos anteriores e com entrevistas a moradores e usuários para ressaltar seu valor simbólico.

Os inventários devem além de constituir numa documentação de conhecimento técnico-científico do bem cultural, como auxiliar as propostas de preservação e valorização do patrimônio em sua relação urbana, servindo como base para o planejamento da cidade, educando e sensibilizando a sociedade, criando uma consciência de preservação deste patrimônio.

Sendo assim, os inventários precisam ser inseridos em sua metodologia informações mais abrangentes com interpretações realizadas por profissionais habilitados em suas áreas para a garantia de sua eficácia. De modo que essas informações entrelaçadas possam ser facilitadores da preservação, não apenas visando o planejamento e restaurações em si, mas entendendo que, inclusive abrangendo educadores ou profissionais de todas as linhas de educação, essa consciência sobre a preservação seja fortalecida.

4. Agradecimentos

Ao amigo Luis Peruci que contribuiu para este trabalho e muito acrescentou com seus conhecimentos urbanos para leitura do patrimônio. À equipe de Arquitetura e Urbanismo da UGF que muito me incentivam. Aos meus sempre companheiros da turma “Sambaqui” (Proarq).

5. Referências

BERNARDES, Lusía Maria Cavalcanti. **Evolução da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX**. In Aspectos da Geografia Carioca. Rio de Janeiro: CNG-IBGE, 1962.

BRENNA, Giovanna Rosso del. **Rio – Guia para uma história urbana**: Rio Eclético. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 198-.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d’Ayala. **Patrimônio Cultural Edificado**. Goiânia: Goiás: ECG, 2001.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Edições do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1992.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (Org.). **Espaço e Cidade: conceitos e leituras**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2004.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Org.). **Inventário de Identificação**: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. Edições do Patrimônio

SANTOS, Paulo. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

_____. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Rio de Janeiro: Coleção IAB, 1981.

Seminário de Planejamento e Patrimônio Mundial. Paraty: IPHAN, dezembro de 2001.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SISSON, Rachel. **Marcos Históricos e configurações espaciais**: um estudo de caso: os centros do Rio de Janeiro. In Revista Arquitetura. Rio de Janeiro: FAU/ UFRJ, n.4, jul./dez.1986.

Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais: norte, nordeste e centro-oeste. Programa Monumenta. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005. Cadernos Técnicos 3, v.1.

Projeto Inventário de Bens Culturais. Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro: ouro, café, açúcar e sal. Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: INEPAC, 2004.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** Coelção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, 10ª ed., 2004

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade.** Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001